

“TRABALHADORES DO MUNDO, UNI-VOS”: A QUESTÃO DO CAMPO E A CHEGADA DOS COMUNISTAS AO CENTRO DO BRASIL

“WORKERS OF THE WORLD, UNITE”: THE QUESTION OF THE COUNTRYSIDE AND THE ARRIVAL OF THE COMMUNISTS IN CENTRAL BRAZIL

Arthur Ramos da Conceição^a

Paulo Winícius Teixeira de Paula^b

^aLicenciado em História pelo Instituto Federal de Ensino, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus Goiânia e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Avançadas - Ética e Políticas Emancipatórias (NEPA-EPE/IFG). arthurramos49@gmail.com

^bDoutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Licenciado e Bacharel em História pela UFG. paulowinicius@gmail.com

Resumo

Falar sobre a história do Brasil no século XX torna indispensável pensar a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Frente à conjuntura dos anos 1930 ao início dos anos 1950, em meio à ascensão do fascismo em nível global e período varguista no Brasil. Com base nos debates da III Internacional Comunista, esta pesquisa investiga o papel do PCB na mobilização acerca da questão da terra, portanto, debate, seu processo de interiorização e chegada ao centro do país, com foco no estado de Goiás. A investigação se organiza em três etapas: breve análise sobre a produção historiográfica do PCB, uso da história oral por meio de entrevistas com militantes do partido em Goiás no período e sistematização das questões levantadas.

Palavras-chave: Partido Comunista Brasileiro; Goiás; Movimentos Sociais; História Econômica; política.

Códigos JEL: R1; R2; R3; O18; P25.

Abstract

To analyze Brazil's 20th-century history it's extremely important to examine the role played by the Brazilian Communist Party (PCB). Within the context of the 1930s to early 1950s, a period defined by the global rise of fascism and the Vargas regime in Brazil, and the debates of the Third Communist International, this study investigates the PCB's engagement with the agrarian question. It explores the party's expansion into Brazil's interior, with a particular focus on the state of Goiás. The research is structured into three key stages: a critical review of historiographical works on the PCB, the application of oral history through interviews with party militants active in Goiás during this era, and the synthesis of the findings into a systematic analysis.

Keywords: Brazilian Communist Party; Goiás; Social Movements; Economic History; Politics

JEL Codes: R1; R2; R3; O18; P25.

“Mas quem contar a história de nosso povo e seus heróis tem que falar dele (do PCB). ou estará mentindo”. A frase de Ferreira Gullar, em um poema comemorativo dos 60 anos do partido, expressa bem o objetivo do presente trabalho: situar e compreender, por intermédio do estudo do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – que completou no ano de 2022 seus 100 anos de atividade - o panorama geral de desenvolvimento econômico e político do Brasil nas décadas de 1920 e 1930 e seus desdobramentos nos anos 40 e 50. O referido exercício reflexivo visa reconstituir uma parte do movimento de trabalhadores da época e sua nacionalização, com ênfase no estabelecimento e desenvolvimento do PCB em Goiás.

O PCB, fundado em 1922, emergiu em um contexto de industrialização incipiente no Brasil e de forte influência do movimento comunista internacional, notadamente a partir da Revolução Russa de 1917. Sua atuação foi marcada por uma série de reconfigurações estratégicas, influenciadas tanto pelas diretrizes da Internacional Comunista quanto pelas especificidades do cenário político e social brasileiro. Nesse sentido, a filiação de Luiz Carlos Prestes ao partido e sua liderança desempenharam um papel central na consolidação do PCB como uma força política nacional. No entanto, a relação entre a Internacional Comunista e o partido no Brasil, assim como os motivos que levaram Prestes a aderir ao comunismo, são aspectos que exigem uma análise detalhada, uma vez que impactaram significativamente as estratégias adotadas pelo PCB (Pandolfi, 1995).

A estrutura organizacional do partido, baseada nos princípios do marxismo-leninismo, seguiu os três pilares fundamentais apontados por Figueiredo (2019): a necessidade de ser um partido de vanguarda, atuando como educador e dirigente da classe trabalhadora; a adoção do centralismo democrático, que permitia amplos debates internos, mas demandava unidade na ação; e a utilização de uma tática científica, adaptada às conjunturas local, nacional e internacional. Essas diretrizes foram essenciais para a atuação do PCB tanto nos centros urbanos quanto nas regiões interioranas, onde o partido enfrentava dificuldades adicionais para se consolidar.

A relação entre o PCB e a questão camponesa também merece destaque. Durante décadas, o partido oscilou entre diferentes abordagens para mobilizar trabalhadores rurais, ora priorizando alianças com setores da burguesia progressista, ora incentivando a organização autônoma dos camponeses. A historiografia sobre o tema revela que a atuação comunista no campo nem sempre foi linear, sendo marcada por disputas internas e reavaliações estratégicas conforme o contexto político e econômico se modificava (Fragoso, 2002).

Nesse sentido, este artigo se propõe a examinar, a partir da História Econômica e da Nova História Política, como se deu a interiorização do PCB, particularmente sua atuação em Goiás, e quais foram seus impactos sobre os movimentos camponeses. Como aponta Medeiros (2017), o estudo da política deve ir além das estruturas institucionais tradicionais e considerar as relações de poder que atravessam a sociedade como um todo. Esse enfoque se alinha à perspectiva de Bourdieu (1989), que destaca o papel dos poderes simbólicos na construção da realidade e na manutenção das hierarquias sociais. Dessa forma, compreender a atuação do PCB no interior do Brasil exige uma análise que contemple tanto suas estratégias formais quanto os desafios impostos pelas estruturas de dominação vigentes.

1. O ESTUDO DO PCB

Retomando a frase inicial deste artigo, não é possível estudar a história do Brasil sem estudar o PCB. Contudo, mesmo com isso, levando em conta a importância dessa organização política, ainda são poucas as produções historiográficas que permitem sistematizar e tornar mais acessíveis a história do partido. Assim, essa primeira parte do trabalho se dedica a compreender o local social ao qual surgem esses estudos, tendo em vista a discussão que Certeau (1982) traz, ou seja, de pensar que a “operação historiográfica” parte de um local de produção, frente à historicidade, o tempo e espaço da escrita, mas ao mesmo tempo de um lugar também político, pois envolve escolhas que nem sempre são claramente colocadas nos textos, passando por silêncios e pressões institucionais que, ao mesmo tempo, encaminham as pesquisas para uma certa direção acadêmica.

Partindo do ponto de que a História, enquanto uma ciência, é um campo disciplinar, ou seja, traz com si um conjunto de práticas, concepções e objetos de estudos, Barros (2011) elenca uma série de questões que permitem a configuração desta enquanto tal. A primeira diz respeito ao seu campo

de interesse que, embora possa ser compartilhado com demais áreas do conhecimento, possui uma singularidade e, para a história, esse é o estudo do homem e sua relação com o seu tempo. Ainda dentro de seu campo de interesse, há uma série de ramificações e especializações dentro de suas formas metodológicas e chaves de análises, como o estudo a partir do político, do econômico, do social e do cultural. Da mesma forma, esse estudo traz uma série de métodos, formas de se produzir interpretações, e de teorias, as formas de ver, analisar sobre o objeto de estudo.

Essas produções possuem, em partes, um discurso muito perceptível, ou seja, com quem elas querem dialogar. Ainda na caracterização do que seria uma disciplina, ou campo disciplinar, o autor aponta que é necessário ser capaz de criar um espaço de diálogo com as demais áreas de estudo, criando a interdisciplinaridade com outras áreas de conhecimento, pois, mediante o diálogo entre distintos campos disciplinares, seria possível o enriquecimento simultâneo no modo de observar o objeto e a si mesmo.

Assim, partindo para a análise da bibliografia escolhida para esse trabalho, podemos chegar em algumas questões. A partir dessa bibliografia, embora haja uma maior predominância do campo da história, o estudo sobre o PCB se coloca de forma compartilhada com as ciências sociais. Tais autores compartilham espaços, como grupos de pesquisas, que se propõem a fazer um estudo sobre o marxismo e a história do marxismo no Brasil, portanto, estudar o primeiro partido marxista-leninista da história brasileira se torna chave para seus intentos.

Embora grande parte das obras utilizadas esteja vinculada a projetos de mestrado e doutorado, como os estudos de Barros (2013), Bourdieu (1989), Dayrell (1977) e Ferreira (2001), sendo, portanto, predominantemente acadêmicas, também há produções ligadas a fundações de pesquisa. Um exemplo é a obra de Carone (1982; 1989), que aborda a trajetória do PCB e está associada à Fundação Astrojildo Pereira — instituição vinculada ao partido político Cidadania, originado da segunda grande cisão do PCB, em 1992, e anteriormente denominado Partido Popular Socialista (PPS). Essa diversidade de fontes reflete a amplitude da produção historiográfica analisada neste estudo, que inclui desde abordagens teóricas sobre o fazer histórico, como as reflexões de Certeau (1982) e Fragoso (2002), até pesquisas sobre a atuação do PCB em diferentes contextos, como as obras de Pandolfi (1995), Santos (2009) e Junior (2007). Além disso, entrevistas realizadas no âmbito de projetos de memória, como as de Garcia (1983), Bailão (2006) e Moraes (2010), contribuem para a reconstrução histórica a partir de relatos orais.

O campo de interesse dessas obras se dá muito na busca pela compreensão do espaço que o PCB ocupou dentro da esquerda, suas orientações teóricas e práticas, e suas ações políticas. Assim, há duas grandes ramificações que podemos fazer em relação aos estudos sobre o tema. Se de um lado temos uma linha investigativa que busca reconstruir os eventos e narrar a história do partido, por outro lado, temos um estudo sobre temas acerca do partido, seus jornais, sua linha política e suas ações, compreendendo a história não apenas como uma narrativa, mas avançando na história enquanto problema e buscando compreender os processos históricos em que os eventos, ações e debates então inseridos. Carlos Zacarias reforça isso ao afirmar que

De qualquer forma, esse acerto de contas que demonstra um certo sentimento voluntarista retrospectivo, tanto dos membros do Partido, como, de certa forma, dos historiadores, que informou boa parte da historiografia ao longo de muitos anos, embora tenha sido deveras importante para a construção de uma memória do PCB, vem cedendo espaço a análises mais rigorosas, muito embora, não despidas de paixões, como vem ao caso nos debates e no trabalho com objetos desta natureza. Recentemente, muitas das novas investigações sobre o PCB têm procurado situar a questão dentro dos limites do “campo de possibilidades” da História, “devolvendo ao passado as incertezas do futuro”. Não obstante, algumas formas de julgamento sobre este passado, são perceptíveis e perfeitamente cabíveis, visto que “o historiador examina vidas e escolhas individuais e não apenas acontecimentos históricos”. (JÚNIOR, 2007, p. 19.)

Esse estudo e construção de uma memória do movimento comunista utiliza, em sua grande maioria, de uma bibliografia ligada a pesquisas acadêmicas, buscando diferentes elementos existentes entre os trabalhos, mas também sem excluir a pesquisa com fontes primárias, como por exemplo os jornais e documentos internos do partido. Assim, a escrita da história do PCB está centrada dentro de um meio acadêmico, vinculado a programas de pós-graduação, partindo do cruzamento e análises de fontes primárias e secundárias que buscam fazer a reconstrução não só do partido, mas

do movimento de trabalhadores no Brasil. Boa parte dos trabalhos centrados em bases marxistas de análise.

2. O PCB EM NÍVEL NACIONAL

2.1 OS ANOS DE 1920

Fundado em 25 de março de 1922, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) enfrentou uma série de dificuldades em seus primeiros dez anos de existência, especialmente no que diz respeito à definição de suas estratégias e formas de atuação política. Durante as eleições presidenciais de 1926 — a última marcada pela política de alternância entre as oligarquias paulistas e mineiras —, o partido já se deparava com dilemas fundamentais sobre sua inserção no cenário político nacional.

As divergências entre o Comitê Central (CC) do PCB e a Internacional Comunista (IC) giravam, sobretudo, em torno das táticas a serem adotadas no Brasil. Enquanto a IC defendia uma linha mais rígida e alinhada à estratégia internacional do movimento comunista, que priorizava a luta revolucionária e a formação de frentes amplas apenas sob liderança proletária, setores do Comitê Central acreditavam na necessidade de adaptações à realidade brasileira. Essas diferenças geraram intensos debates internos, refletindo não apenas as disputas ideológicas do movimento comunista global, mas também as dificuldades em consolidar uma identidade própria para o PCB.

A consolidação da cultura comunista no Brasil foi um processo gradual, permeado por ajustes estratégicos, repressão estatal e reformulações organizativas. Como apontam Gerard Vincent, em *Ser comunista? Uma maneira de ser, e Jorge Ferreira, em Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*, a formação dessa identidade passou tanto pela construção de símbolos, rituais e práticas organizativas quanto pela influência dos mitos revolucionários e da experiência soviética. Assim, nos anos seguintes, o PCB estruturou uma cultura política própria, baseada na disciplina partidária, na militância organizada e na ideia de um compromisso integral com a causa comunista.

As disputas entre o Comitê Central e a Internacional Comunista impactaram profundamente a organização política do partido. Elas influenciaram sua postura em relação a alianças com outros setores políticos, a adoção de estratégias de luta armada ou eleitoral e até a forma como o partido se posicionou diante de diferentes regimes políticos ao longo do século XX. Essa tensão entre diretrizes externas e a realidade nacional moldou a trajetória do PCB, deixando marcas na cultura política da esquerda brasileira.

A interiorização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e sua relação com a questão camponesa foram temas centrais na trajetória do partido ao longo da década de 1920 e início dos anos 1930. No entanto, essa interiorização foi marcada por tensões internas e diretrizes emanadas da Internacional Comunista (IC), que influenciaram decisivamente a organização partidária no Brasil. Segundo Ferreira (1993), a década de 1920 foi caracterizada por uma política de extrema valorização do café, o que resultava no fortalecimento do poder local das elites agrárias e na perpetuação do coronelismo. Ao mesmo tempo, diversos movimentos sociais emergiam, entre eles o movimento tenentista, liderado por Luiz Carlos Prestes, que inicialmente teve uma relação conturbada com o Comitê Central (CC) do PCB.

A resistência do CC à incorporação de Prestes estava ancorada na perspectiva marxista-leninista de que a revolução deveria ser conduzida pelo proletariado, enquanto a pequena burguesia era vista como uma classe vacilante e suscetível à cooptação pelo sistema burguês. Segundo Santos (2009), a origem social de Prestes, suas relações com setores considerados reacionários dentro da Coluna Prestes e seu passado de diálogo com a Aliança Liberal reforçavam essa desconfiança. No entanto, a IC, compreendendo o potencial de Prestes como liderança política e sua capacidade de mobilização, articulou sua adesão ao PCB, o que se concretizou em agosto de 1934, na União Soviética. Como destaca Ferreira (2001), a IC possuía forte influência sobre as diretrizes do PCB, muitas vezes impondo decisões que contrariavam a posição do Comitê Central brasileiro.

Paralelamente, a estratégia do PCB passava por mudanças significativas. A IC orientava os partidos comunistas latino-americanos a fortalecer a luta anti-imperialista, o que resultou no redirecionamento das alianças do PCB, incluindo sua aproximação com setores pequeno-burgueses e nacionalistas, como o movimento tenentista. Essas diretrizes também influenciaram as tentativas

de inserção do partido no campo. Como aponta Santos (2009), havia um grande esforço da seção brasileira na consolidação do Bloco Operário e Camponês (BOC), que, apesar do nome, falhou em estruturar uma base significativa entre os trabalhadores rurais. Isso não significa que o PCB não enxergasse a importância do campesinato, mas sim que suas tentativas de inserção enfrentaram dificuldades estruturais e políticas, especialmente diante do fortalecimento do anarco-sindicalismo e da repressão estatal.

A repressão ao PCB foi sistematicamente mais intensa do que a outros movimentos sociais devido ao forte discurso anticomunista da época. Como destaca Carone (1989), a declaração do presidente Washington Luís de que “movimento social é caso de polícia” sintetizava a postura do Estado diante das organizações populares. No entanto, sendo o PCB um partido vinculado à IC, era visto como uma ameaça direta à ordem estabelecida, justificando perseguições mais severas em comparação a outros grupos de oposição. O avanço do fascismo e do imperialismo global reforçava o temor das elites brasileiras em relação ao comunismo, intensificando o aparato repressivo contra o partido.

Os debates internos no PCB, especialmente aqueles impulsionados pelas orientações do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), impactaram diretamente sua atuação política. Segundo Ferreira (2001), a necessidade de alinhamento com a IC frequentemente gerava tensões entre as diretrizes internacionais e a realidade brasileira. Um exemplo prático dessa influência foi a imposição da linha política do “governo operário-camponês”, mesmo sem uma estrutura consolidada no campo. Essas determinações eram vistas com resistência por militantes brasileiros, que tentavam adaptar as diretrizes internacionais ao contexto nacional, levando a momentos de desorganização interna e embates dentro do partido.

2.2 OS ANOS 1930

Os anos de 1930 já se iniciam com um grande e complexo cenário político. Com a crise do café e a queda dos preços internacionais, os líderes políticos de São Paulo decidem romper a aliança com Minas Gerais, o que leva a oligarquia mineira a se aliar com os chefes políticos do Rio Grande do Sul, surgindo assim a Aliança Liberal e o nome de Getúlio Vargas como o candidato para se opor à candidatura paulista.

Carone (1989) demonstra que a Aliança representou uma “cristalização paradoxal” das oposições e que só foi possível devido à divisão dentro do grupo oligárquico hegemônico até então. O programa político da Aliança Liberal não apresentava rupturas profundas em relação a questões como o monopólio da terra, concentração de riqueza e super exploração dos trabalhadores, não apontava possíveis soluções para os graves problemas sociais que surgiram e se aprofundaram com a crise do capital no final dos anos 20. Entre idas e vindas, em outubro de 1930, ocorre o golpe/revolução de 30 e tem início a primeira fase do governo Vargas.

Internamente, os anos de 1930, em especial seus primeiros anos, foram marcados por uma tentativa de internalizar a política classista dentro do PCB. Santos (2009) reafirma a importância que a organização do campo vai assumindo para o debate internacional comunista. O secretariado da IC, já nos primeiros meses do ano de 1930, encaminha um documento contendo tanto a leitura sobre a realidade brasileira, mas, também, sobre as tarefas imediatas do PCB. Fica clara a ideia da centralidade que a luta do campo terá enquanto orientação de organização.

A crise do café se processa na base de uma economia nacional, cuja estrutura está, por si mesmo, minada por uma crise profunda, proveniente do caráter colonial da economia brasileira e da crescente contradição entre o desenvolvimento rápido do modo de produção capitalista e a base econômica social, que ainda se conserva feudal e escravagista. Esse fato, ligado ao amadurecimento da crise econômica mundial e, principalmente, à crise econômica dos Estados Unidos da América do Norte, para onde o Brasil exportava, sobretudo, seu café, cria condições que prolongarão a crise econômica do país, ameaçando-lhe a economia de uma catástrofe completa, principalmente em consequência da profunda agravamento da luta entre o imperialismo inglês e o americano, e da intervenção, nessa luta, das diversas classes populares do Brasil. (CARONE, 1982. p. 97)

O mesmo documento ainda apresenta que o programa da revolução brasileira deva

se pautar em:

(...) 1) revolução agrária (libertação das massas camponesas e dos operários agrícolas das formas feudais e colônias de exploração, confiscação, nacionalização e entrega da terra aos camponeses e operariado agrícolas); 2) libertação do Brasil do jugo do imperialismo (confiscação e nacionalização de empresas, das minas, dos domínios, das concessões, das vias de comunicação, dos bancos dos imperialistas e anulação das dívidas externas); 3) instauração da República Operária e Camponesa sobre a base dos Soviets, agrupando a classe operária e a massa camponesa (ditadura democrática revolucionária do proletariado e da massa camponesa). (CARONE, 1982. p 99)

Ao mesmo tempo, reafirma a necessidade de superação de aliança com grupos da pequena burguesia quando diz que

(...). Nos países como o Brasil, onde existem uma grande massa de operários agrícolas e de camponeses pobres e um proletariado industrial relativamente pouco numeroso e politicamente atrasado, o desenvolvimento do movimento nacional-revolucionário da massa camponesa e das massas semiproletárias, ligado a este carácter agrário fundamental da revolução, ameaça seriamente absorver, por completo, o movimento independente do proletariado, no conjunto do movimento nacional-revolucionário. A perda, por parte do proletariado, de seu papel independente na revolução democrático-burguesa, significa a perda de sua hegemonia, que seria conquistada pela pequena burguesia revolucionária. Praticamente, dadas as condições do Brasil, resultaria disto que a hegemonia passaria, de fato, para as mãos dos politicistas, dos aventureiros pequeno-burgueses e dos demagogos liberais. (CARONE, 1982. p 99)

Dessa forma, a palavra de ordem do momento era “a tomada imediata da propriedade do solo” com vistas à criação de soviets e guerrilhas camponesas, tornando-se um vetor da insurreição armada. Contudo, o debate em torno da política de opor “classe contra classe” fez com que o partido se paralisasse por um tempo até a resolução de seus problemas internos. Em documento crítico de análise interna, que o PCB encaminha à IC, isso fica claro, colocando inclusive o dirigente histórico do partido, Astrojildo Pereira, como responsável pela política de conciliação de classes,

Muitos esforços têm custado ao PCB para se desfazer da teoria oportunista em grau máximo sobre a correlação das forças de classe na revolução agrária e anti-imperialista, segundo a qual, “à sombra da revolução democrático-burguesa amadureceria a nossa revolução proletária”. Esta teoria conduz o partido à passividade, aos blocos com diferentes agrupações da pequena burguesia, ao colaboracionismo com os adversários. Astrojildo Pereira foi durante alguns anos o executor dessa política. Até hoje os elementos astrojildianos contribuem o fogo do oportunismo mais podre, obstruem a formação política do PCB e sustentam a linha de passividade na luta do Partido pela realização da frente única das amplas massas, das lutas independentes pelas reivindicações econômicas e políticas delas mesmas contra a reação, pela solução revolucionária da crise, pela revolução agrária e anti-imperialista. (...) Os erros do nosso Partido (...) demonstram que o astrojildismo constitui o maior perigo para seu desenvolvimento e que com razão tem que concentrar o fogo contra esse perigo (...). (CARONE, 1989, p. 141)

Neste momento, em nível internacional, entra em cena o avanço dos movimentos nazifascistas em todo o mundo que, segundo Santos (2009), ao invés de reforçar a ideia de classe contra classe, fez com que muitos intelectuais apostassem na formulação de frente única.

Dentro da política nacional, Carone (1989) aponta a centralidade que o movimento tenentista vai ocupar no cenário nacional, em especial até o ano de 1932. Vai se consolidar uma grande disputa entre as Oligarquias e o Movimento Tenentista, responsável por fazer Getúlio chegar ao poder, tanto no estado de São Paulo quanto em Minas Gerais. Ao mesmo tempo, vão eclodir no país grandes greves e reivindicações salariais e de redução da carga horária.

Carone (1989) aponta que, com a realização da constituinte, em 1933/1934 as oligarquias reafirmaram sua influência dando vida a uma constituição conversadora, aprovada graças ao afastamento de Vargas do Tenentismo e se posicionando como um elemento de conciliação. O autor nos traz que “A posse de Getúlio no dia 20 é aparentemente um triunfo tenentista, mas na verdade o auxílio oligárquico significava o retorno à velha política.”. Com isso, e o afastamento cada vez maior da pequena burguesia do movimento e sua incapacidade de enraizamento fizeram com que o tenentismo se diluísse a partir de 34. Contudo, uma parte importante da burguesia e da pequena-burguesia

não se contentam com os arranjos que se deram pós-constituente e passam a fortalecer iniciativas fascistas no país, nascendo a Ação Integralista, que protagoniza uma série de ações violentas contra os comunistas, socialistas e anarquistas. Como resposta a esse movimento, vai surgir a Ação Nacional Libertadora (ANL) que se constitui como uma “frente única” contra o fascismo. Luíz Carlos Prestes, em manifesto publicado no ano de 1935, apresenta que

Para a Aliança Nacional Libertadora precisam vir todas as pessoas, grupos, correntes, organizações e mesmo partidos políticos, quaisquer que sejam os seus programas, sob a única condição de que queiram lutar contra a implementação do fascismo no Brasil, contra o imperialismo e o feudalismo, pelos direitos democráticos. E todas as pessoas e correntes, que queiram, por quaisquer motivos, restringir essa frente única nacional revolucionária, devemos opor a vontade férrea de sua realização. (CARONE, 1982. p 177)

Santos (2009) pontua, porém, que mesmo com o surgimento da ANL, que ganha certa centralidade devido ao enfrentamento histórico ao fascismo, a questão do campo não foi deixada de lado, muito pelo contrário. Ele aponta que, com o afastamento do antigo núcleo dirigente, os documentos partidários passaram a colocar que a atuação do partido no campo se dava de forma a construir a insurreição e a tomada do poder. O autor caracteriza tal interpretação como voluntarista visto que o PCB, desde sua criação, nunca havia se inserido na luta camponesa. O campo, dentro da ANL, vai passar a ser o elemento central dentro da estratégia revolucionária dos comunistas no Brasil. No mesmo manifesto, Prestes diz sobre a questão do campo ao falar sobre a implementação de um governo popular

Marchamos, assim, rapidamente, à implementação de um governo popular revolucionário [diante ao fortalecimento da ANL], em todo o Brasil, um governo de povo contra o imperialismo e o feudalismo e que demonstrará, na prática, às grandes massas trabalhadoras do país, o que é a democracia e a liberdade. O governo popular, executando o programa da Aliança, unificará o Brasil e salvará a vida dos milhões de trabalhadores, ameaçados pela fome, perseguidos pelas doenças e brutalmente explorados pelo imperialismo e pelos grandes proprietários. A distribuição das terras dos grandes latifúndios aumentará a atividade do comércio interno e abrirá o caminho a uma mais rápida industrialização do país, independentemente de qualquer imperialista. (...). (CARONE, 1982. p 180)

Assim a ANL e os diversos sindicatos que o partido passa a dirigir são influenciados por uma visão do Comitê Central do PCB que interpreta a realidade partidária como se essa correspondesse a um alto nível de enraizamento junto aos trabalhadores brasileiros, fazendo-o caminhar rumo à insurreição de 35, que compreendia como dada a Revolução no país. Em um balanço, ainda sobre 1935, Santos (2009) apresenta sobre como a fragilidade do trabalho no campo foi apontado como o responsável pelo fracasso do levante. Esse movimento dos comunistas abriu margem para uma série de repressões por parte do governo federal, inclusive impondo à ANL a ilegalidade e a instauração de um Estado de Sítio que se prolonga até 1937, quando Vargas inicia o Estado Novo.

Ainda antes da instauração do Estado Novo, Santos (2009) demarca uma tentativa, após a frustração com a ação de 1935, de reformulação da linha política do PCB, que passa a defender a atuação dentro dos marcos da própria institucionalidade colocada, ou seja, uma luta de massas dentro da legalidade contra o fascismo, o imperialismo, e pela democracia, deixando novamente a questão camponesa em segundo plano.

2.3 A RECONSTRUÇÃO DO PCB

Com a repressão promovida pelo Estado Novo, o PCB se encontrou praticamente imobilizado durante todo o período em que durou a ditadura varguista, vindo a se reorganizar somente após as aberturas democráticas realizadas por Vargas próximas a 1945. Cabe ressaltar que, mesmo assim, o PCB possuiu grande influência sobre a construção de uma ampla frente antifascista no final dos anos de 1930, com ações destacadas nos congressos da União Nacional de Estudantes (UNE) e com a publicação da revista “Seiva”, que reunia diversos intelectuais, sendo esta produzida pelo núcleo

baiano do PCB, que demonstrou ser o mais constante e organizado no período.

A reorganização do PCB se deu mediante uma Conferência Nacional no ano de 1943, em que a maioria dos participantes era da região Nordeste - embora Goiás já apareça como um dos Estados em que há avançado nível de organização, com uma direção estadual estabelecida. A conferência que marcou a reestruturação do PCB estabelecia como eixo central a etapa da Revolução no Brasil e seus desafios: a aliança democrática-burguesa, a luta contra o Estado Novo e a transformação do PCB em um partido de massas. Em 1945, com o fim do Estado Novo, o partido conquista a legalidade e passa a agremiar em suas fileiras indivíduos com certa influência dentro da sociedade, entre sindicalistas, intelectuais e líderes comunitários. Assim, formando os Comitês Democráticos Populares, que eram instrumentos responsáveis por estabelecer as mediações do programa do partido com as realidades locais.

No que diz respeito ao campo, a estrutura latifundiária ainda era vista como o cerne do atraso no Brasil, expressando resquícios de uma formação econômica semifeudal. Com a massificação do partido, o campo voltou a ser visto como um importante aliado da classe operária das cidades, assim, ocorre um esforço de enraizamento na zona rural. Em 1945, por exemplo, o PCB institui uma Comissão Agrária Nacional que passou a formular uma política dos comunistas para atuação dentro do campo, além de iniciativas parecidas com as dos Comitês Democráticos Populares. Santos (2009) aponta que, principalmente em 1946, já se torna uma orientação nacional a organização dos assalariados do campo e da população rural e sertaneja, bem como dos demais trabalhadores do campo, surgindo as Ligas Camponesas, que em Goiás irá incluir as cidades de Catalão, Nova Aurora, Urutaí, Pires do Rio, Orizona e Goiandira, que se tornam referências nacionais sobre a organização camponesa. Essa atuação se dava, em grande maioria, pela organização de Associações de Lavradores e Sindicatos Rurais e, tendo acesso à luta de classe no campo, a questão camponesa passa a ter uma maior centralidade dentro do partido nos anos seguintes. O PCB chega à conclusão de que não é possível uma revolução brasileira sem a classe trabalhadora do campo, organizada e em luta. Essa atuação se dava, em grande maioria, por meio da organização de Associações de Lavradores e Sindicatos Rurais. A partir desse engajamento, o PCB passou a ter um contato mais direto com a luta de classes no campo, o que levou a questão camponesa a ocupar um papel central na agenda do partido nos anos seguintes. Esse redirecionamento estratégico foi motivado pela percepção de que a classe trabalhadora rural desempenhava um papel fundamental na transformação social, dada sua expressiva presença no cenário nacional e sua posição de exploração dentro da estrutura agrária brasileira.

O impacto dessa mudança foi significativo, resultando no fortalecimento da mobilização camponesa e no surgimento de importantes articulações políticas voltadas à defesa dos direitos dos trabalhadores do campo. Um dos reflexos desse processo foi a expansão das Ligas Camponesas, que adquiriram uma grande proporção em diversas cidades de Goiás, tornando-se núcleos estratégicos de resistência e organização popular. Nessas regiões, essas ligas atuavam na conscientização política, na luta pela reforma agrária e na oposição direta ao domínio dos grandes latifundiários, enfrentando, assim, forte repressão estatal e da elite rural.

3. A CHEGADA DOS COMUNISTAS AO CENTRO DO BRASIL

A introdução do comunismo no Brasil se deu em um contexto de intensas transformações políticas, sociais e econômicas no início do século XX. Inspirados pelos ideais da Revolução Russa de 1917 e pela orientação da III Internacional Comunista, militantes operários e intelectuais marxistas deram início a uma organização voltada para a classe trabalhadora, culminando na fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 25 de março de 1922.

O surgimento do PCB ocorreu em um país que passava por um acelerado processo de industrialização e urbanização, marcado por uma crescente insatisfação dos trabalhadores diante das precárias condições de trabalho e da repressão estatal. A necessidade de organizar as massas operárias e camponesas, seguindo as diretrizes do comunismo internacional, tornou-se um dos principais objetivos do partido. No entanto, desde sua criação, o PCB enfrentou uma série de desafios, incluindo a ilegalidade, a perseguição política e as dificuldades de expansão para o interior do país.

Durante a década de 1930, a chegada do comunismo ao centro do Brasil ocorreu de maneira

gradativa, impulsionada pela necessidade de ampliar a influência do partido para além dos grandes centros urbanos. O PCB, que inicialmente concentrava sua atuação em sindicatos e movimentos operários das regiões industriais, passou a enxergar a organização camponesa como uma estratégia fundamental para a consolidação de sua base política. Esse processo foi reforçado pelos debates da III Internacional, que incentivava os partidos comunistas de países subdesenvolvidos a se voltarem para as lutas agrárias, especialmente diante do avanço do nazi-fascismo.

Contudo, a interiorização do partido enfrentou obstáculos significativos. A repressão estatal contra movimentos de esquerda, intensificada após a Insurreição Comunista de 1935, limitou a atuação do PCB, tornando sua organização mais dispersa e dificultando sua inserção no campo. Somado a isso, os núcleos diretivos do partido priorizavam a organização sindical urbana, relegando a questão camponesa a um segundo plano.

Apesar dessas dificuldades, houve tentativas concretas de estruturação do PCB no centro do Brasil, particularmente em estados como Goiás, cuja economia era predominantemente agrícola. Nomes como Geraldo Tibúrcio, Zé Porfilho e Dirce Machado destacaram-se na organização de lavradores e na liderança de revoltas camponesas, evidenciando a presença comunista na luta pela terra e por melhores condições de vida no campo.

Ainda assim, a historiografia sobre a interiorização do PCB e sua atuação entre os trabalhadores rurais permanece limitada. A maior parte dos estudos sobre o partido concentra-se nos movimentos urbanos e nos períodos de maior repressão política, negligenciando sua influência em regiões afastadas dos grandes centros industriais. Dessa forma, é essencial aprofundar a análise sobre a chegada dos comunistas ao centro do Brasil, considerando não apenas os desafios enfrentados, mas também as estratégias adotadas para consolidar a presença do PCB nas lutas populares.

4. A CHEGADA E CONSOLIDAÇÃO DA ATUAÇÃO DOS COMUNISTAS EM GOIÁS

Antes de trazer os dados coletados nas entrevistas, é importante que seja contextualizado tanto o uso da história oral, como o seu surgimento. Uma das formas de se buscar a (re)construção da memória é por meio da história oral. Alberti (2008) delimita a história oral como um processo metodológico, com base em entrevistas, muito presente a partir do séc. XX. Por muito tempo, esse método de pesquisa foi considerado por uma perspectiva de dar voz àqueles não tem espaço público, ou seja, que os nomes não estavam presentes em debates públicos, reforçando assim uma ideia de história “vinda de baixo”. Contudo, há alguns equívocos que não podem ser desconsiderados quando pretendemos utilizar a Memória como fonte de investigação histórica. O principal deles é o de considerar o individual como universal por si só: o particular está presente dentro do universo de pesquisa, porém o universo não se reproduz em totalidade dentro do particular.

Mesmo assim, a história oral nos permite muitos levantamentos, inclusive sobre a forma de organização, o modo de vida e as estratégias de um determinado grupo. Assim, com o acesso às memórias, ela demonstra a construção da identidade do grupo e os sentimentos de pertencimento e unidade. Desde os primórdios da humanidade, a memória é um objeto de disputa e de poder.

Para o presente trabalho foram utilizadas entrevistas com os ex-militantes do PCB: José Moraes, José Godoy Garcia, Sebastião Bailão, Bernardo Élis, Tarzan de Castro e Dirce Machado. A primeira entrevista, de José Moraes, é fruto do trabalho final de uma disciplina do curso de história da Universidade Federal de Goiás, que tem como objetivo um estudo sobre as lutas no campo em Goiás, realizada no ano de 2010; a segunda, com José Godoy Garcia, realizada pelo MIS - Museu de Imagem e Som de Goiás no ano de 1983, dentro do Projeto Memória, tem por objetivo preservar a memória de lutadores sociais do estado; a terceira, com Bernardo Élis está no trabalho do pesquisador Cleumar Moreira ; a quarta, com Sebastião Bailão, foi realizada pelo pesquisador Cláudio Maia e publicada na Revista Antítese no ano de 2006, e a quarta e quinta, com Tarzan de Castro e Dirce Machado, foram realizadas por um dos autores do artigo, Paulo Winícius Teixeira de Paula, no ano de 2024.

Os entrevistados tiveram contato com o PCB a partir de seu momento de reconstrução, pós-ditadura varguista. Frente à leitura da transcrição das entrevistas e em diálogo com a bibliografia levantada, podemos inferir que a atuação do partido no estado de Goiás é consolidada a partir dos anos 1940, o que não deslegitima os trabalhos que apontam a existência de núcleos do PCB goiano desde os anos 30, como aponta o livro “A memória do PCB em Goiás”, da historiadora Lígia Portenha, do

ano de 2021. A pesquisa bibliográfica e as entrevistas nos levam a uma conclusão comum: o partido demorou a consolidar sua atuação no campo, secundarizando por vezes a luta camponesa, e priorizou as lutas urbanas.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi criado em Goiás na década de 1930 e viveu um breve período na legalidade entre 1945 e 1947. Inicialmente, seus dois principais núcleos foram em Anápolis e Catalão, o comitê estadual foi transferido para Goiânia em 1946 e o partido elege dois deputados estaduais. Porém, em 1948, esses parlamentares perderam seus mandatos devido à cassação do partido, motivada pela política internacional da Guerra Fria.

O PCB goiano era composto, principalmente, por lideranças da pequena burguesia urbana, que buscavam arregimentar outros setores populares, como trabalhadores em geral.

O partido atuava na clandestinidade e conseguiu sobreviver às mudanças políticas e institucionais no país, superando inúmeras crises internas. A política comunista estava ligada aos movimentos grevistas e lutava por melhores salários, redução da jornada de trabalho, reforma agrária, sindicalização urbana e rural.

Em 1946, o governo do General Eurico Gaspar Dutra eliminou membros do Partido Comunista do funcionalismo público federal. Essa repressão policial, que ocorreu durante o governo de Dutra, resultou em assassinatos, espancamentos e prisões de trabalhadores, intelectuais e até mesmo líderes militares, seguindo os moldes do Estado Novo.

Apesar do registro do Partido Comunista ter sido cancelado, o partido continuou a manter seus meios de divulgação. Em 7 de janeiro de 1948, a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas foi votada nominalmente pelos deputados federais. Dentre eles, 243 votaram a favor da cassação, enquanto 169 foram contra e 74 se abstiveram. Os deputados e vereadores eleitos pelo partido comunista tiveram seus mandatos cassados, incluindo também a ação do Ministério do Trabalho na fiscalização de 143 sindicatos que apresentavam ligação com o partido (Moreira, 2000). A implantação do Partido Comunista (PCB) em Goiás contou com o apoio de importantes núcleos urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, regiões dinâmicas e industrializadas. No entanto, teve como principal suporte o núcleo de militantes e dirigentes da região do Triângulo Mineiro, especialmente da cidade de Uberlândia, em Minas Gerais.

A implantação do Partido Comunista Brasileiro em Goiás contou com o apoio de núcleos urbanos importantes como São Paulo e Rio de Janeiro, regiões dinâmicas e industrializadas, mas principalmente do núcleo de militantes e dirigentes da região do Triângulo Mineiro, em especial da cidade mineira de Uberlândia, em Minas Gerais.

No período de 1945 a 1948, o PCB foi ativo e participou de três eleições, sendo duas delas com identidade legal e com sua própria sigla partidária. Em dezembro de 1945, concorreu aos cargos de Presidente da República, Câmara e Senado Federal. Em janeiro de 1947, concorreu a governadorias e câmaras municipais. Já em novembro de 1947, com o registro do partido cassado, o partido concorreu às eleições municipais, abrigando-se em siglas partidárias legais. O quadro 1 apresenta os resultados da apuração em Goiás para a Presidência da República, e também quem foram os candidatos do PCB no Estado ao Senado e Câmara Federal em 1945.

Quadro 1 - Resultados da apuração em Goiás para a Presidência da República, e os comunistas que disputaram o Senado e Câmara Federal pelo partido no Estado em 1945.

CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA	
General Dutra	39.937 votos
Eduardo Gomes	33.390 votos
Yedo Fiuzza	05.950 votos (PCB)
Rolim Teles	00.016 votos
Senado	Luiz Carlos Prestes Urbano Berquó
Câmara Federal	Luiz Carlos Prestes Paulo Alves Costa Luzia de Oliveira Aluizio Crispim Lourival da Mota Bernardo Elis Abrahão Isaac Neto

Fonte: Moreira (2000).

O partido comunista decidiu não apresentar um candidato para concorrer às eleições para governador, mas ofereceu seu apoio ao candidato do Partido Social Democrático (PSD), José Ludovico de Almeida. As mensagens transmitidas pelo partido eram dirigidas aos seus núcleos militantes e tinham um caráter nacional, pois a luta era de âmbito nacional e não regional. O discurso do partido comunista se concentrou nos setores dinamizados da sociedade, que eram afetados pelo processo de desenvolvimento econômico, não só na cidade, mas também no campo.

Importante demarcar que tais acontecimentos se deram devido ao fato de uma nova orientação por parte da direção nacional do partido. Após sua reorganização, em 1943, a situação internacional era de acirramento das contradições do fascismo - o que representou, ao menos para parte da direção, um momento de construção de frente ampla democrática. As resoluções da III Conferência Nacional de 1946 apresentam a seguinte leitura:

“... 4 - A III Conferência Nacional chama a atenção para a importância decisiva no momento atual da luta por uma Constituição verdadeiramente democrática e progressista. Devemos, nesse sentido, realizar grande mobilização de massas em apoio dos representantes democráticos que na Assembleia Constituinte enfrentam os restos do fascismo e da ditadura na luta pela Carta Constitucional progressista reclamada pelos supremos interesses da Nação. (...)

5 - A solução imediata dos problemas da carestia, da fome e da miséria, exige cada vez mais o reforçamento da luta pela União Nacional, principalmente quando os reacionários e fascistas, desesperados com a marcha crescente da democracia, se aproveitam dos postos que ocupam no aparelho estatal para desfechar golpes contra as conquistas alcançadas pelo nosso povo.

A política da União Nacional defendida pelo nosso Partido visa conquistar as mais amplas massas sociais, que sentem a pressão do imperialismo e desejam o desenvolvimento do país. O processo de União Nacional pode e precisa ser impulsionado na base de um programa mínimo de defesa e consolidação da democracia. (...)

7 - As próximas eleições serão decisivas na luta pela União Nacional. A união formal com outros Partidos, apesar de difícil no âmbito nacional, é com menor dificuldade realizável em escala estadual, onde homens, correntes e partidos poderão se unir, sendo preciso desde já entrar em entendimentos que facilitem esse trabalho. A par disso, ir selecionando candidatos, debatendo os problemas estaduais, desenvolvendo intenso trabalho eleitoral e de alistamento, e o que é mais importante, saber aproveitar a campanha eleitoral para reforçar o Partido e ligá-lo mais estreitamente às massas. (CARONE, 1982. p. 67-68)”

O que demonstra que nacionalmente o partido indicava como prioridade as atividades eleitorais e que o trabalho com as massas deveria também representar uma votação expressiva. Durante esse período, por muitas vezes o partido abriu mão de críticas aos limites dos espaços institucionais, em nome de uma ideia vaga de democracia, foi a chamada política de “União Nacional”. Acerca da política de unidade com setores da burguesia em nome de uma democracia de conteúdo abstrato e policlassista, após a cassação do registro do PCB em 1947, o partido apresenta um documento de autocrítica, em 1948, em que já são apontadas reflexões sobre os limites da democracia burguesa e a necessidade de retorno para o movimento popular com foco na questão sindical.

Contudo, há de se destacar também que, nas resoluções de 1946, a questão da terra é um dos elementos demarcados pelos documentos partidários,

10 - A III Conferência Nacional acentua a necessidade de ampliar-se as organizações das massas camponesas que, dia a dia, voltam suas esperanças para nós.

Nessa tarefa, deve o Partido, utilizando a nova e rica experiência dos trabalhos realizados no Triângulo Mineiro e em São Paulo, aplicar métodos que lhe facilitem esses trabalhos, sendo indispensável que abandonemos as formulações mais gerais a fim de apresentar as reivindicações imediatas dos camponeses. A posse da terra é certamente a maior reivindicação das massas camponesas, mas seria errôneo pretender mobilizar essas massas em torno dessa palavra de ordem apresentada isoladamente, sem ligá-la àquelas reivindicações menos radicais, porém capazes, uma vez conquistadas, de trazer melhoras, por menores que sejam, à situação de miséria dos camponeses. (CARONE, 1982. p. 69)

As metas principais do partido incluíam a realização da Reforma Agrária, a assistência à saúde e a assistência técnica e educacional. Bernardo Elis expressou seu depoimento sobre o PCB, afirmando que, com a legalização do partido, foi possível se movimentar e reivindicar abertamente.

Abaixo segue o depoimento de Bernardo Elis sobre a situação do PCB entre 1945 e 1947:

“... Com a legalização do Partido, nós podíamos nos movimentar, organizar e difundir um pouco as ideias, podia se reivindicar não ocultamente. Organizamos o cooperativismo, a sociedade rural e os sindicatos. O crescimento do partido em Goiás foi muito grande, principalmente nas cidades mais tradicionalistas. O partido aparecia e brotava como cogumelo por toda a parte, então inventaram essa artimanha de cassar o registro do partido” (Moreira, 2000, p. 169).

O partido cresceu rapidamente em Goiás, principalmente nas maiores cidades, nesse período surgiram núcleos em várias municipalidades. A popularidade do partido gerou preocupações e incomodou os partidos majoritários do estado. O reconhecimento e a aceitação do programa e pautas do PCB foram motivos para o repúdio ao partido, já que representava uma força perigosa para os partidos opositores. Essa simpatia pela ação comunista também se refletiu na Assembleia Legislativa, onde o parlamentar e dirigente estadual pecebista Abrahão Isaac Neto foi convidado para discursar na inauguração da casa (Moreira, 2000).

Abrahão Isaac Neto e Afrânio Francisco de Azevedo, eleitos deputados estaduais pelo PCB em 1945, trabalharam juntos na Assembleia Legislativa, buscando verbas para hospitais, construção de escolas, habitação e Reforma Agrária. Segundo a historiadora Eliane Dayrell (1997), o trabalho dos parlamentares se concentrou nas massas populares e na libertação da sociedade, combatendo o preconceito, identificando problemas e buscando soluções. Eles também lutaram contra o imperialismo, o capital estrangeiro e os trustes internacionais.

O discurso de Abrahão Isaac Neto na Assembleia Legislativa reflete a mesma perspectiva, afirmando que os comunistas colaboram com todas as correntes de luta contra o exclusivismo e se posicionam contra o fascismo. O discurso proferido por Abrahão Isaac Neto, na Assembleia Legislativa, harmoniza-se com a perspectiva apresentada por Dayrell (1997):

“...colaboramos com todas as correntes de luta permanente contra toda a tendência exclusivista. Não tomamos posição sistemática contra ninguém e se podemos ser anti alguma coisa, só será antifascista. Nós comunistas procuramos encarar as coisas com objetividade e realismo, isso porque temos a mesma linguagem em todos os recantos do Brasil, pois a verdade é uma só. Nós não lutamos pela implantação do socialismo no Brasil. Vivemos ainda no regime do latifúndio, pois os donos das terras não as exploram segundo o sistema capitalista, isso é causa principal de nosso atraso e da miséria do povo. O setor da agricultura, as relações de produção são tipicamente semifeudais (terra arrendada). Nossa economia está subordinada aos grandes trustes e monopólios que impedem a nossa industrialização, ou seja, os impedem de tornarmos independentes economicamente. Nós comunistas acreditamos no futuro do Brasil, no seu avanço para o progresso, na conscientização política, na emancipação econômica. Procuramos destruir as mentiras dos demagogos, lutamos pela reforma agrária. Não temos indústria, nossa economia é representada pela lavoura e pela pecuária (Moreira, 2000, p. 171)”.

Assim, em 1947, Abrahão Isaac Neto reconhecia que o Brasil vivia ainda no regime do latifúndio, com problemas na exploração das terras e na dependência dos grandes trustes e monopólios estrangeiros. No discurso, é destacado que os comunistas acreditam no futuro e no progresso do Brasil, lutando pela reforma agrária e conscientização política.

O trabalho dos comunistas nesse período em Goiás se concentrou em apontar problemas estruturais e buscar soluções para o desenvolvimento econômico. Eles valorizavam a necessidade de combater o poder dos latifundiários, que impediam o crescimento econômico e não contribuía com os cofres públicos.

O PCB goiano teve um papel de destaque e, entre outras ações políticas e sociais, contribuiu de forma decisiva na organização do movimento de trabalhadores rurais mais vitorioso da história brasileira, de Trombas e Formoso, nos anos de 1950, que garantiu para os posseiros do norte do território goiano, pegando em armas, a posse da terra, vencendo o Latifúndio e o Estado.

Estudar os primórdios do PCB em Goiás é entender a necessidade de somar à produção historiográfica sobre a história da classe trabalhadora e de seus instrumentos de intervenção política, ferramentas constituídas para intervenção no mundo, e aferir tais expedientes como possibilidade da entrada das massas na vida política brasileira.

Ao estudar o PCB goiano, podemos também acompanhar a jornada de suas bases sociais. O estudo do partido pode esclarecer maiores ou menores dificuldades que a classe trabalhadora teve em atuar politicamente e fazer valer seus interesses em meio a uma sociedade goiana em transformação.

As fontes históricas corroboram que, nos anos 40 e 50, o PCB foi um ator social presente na vida política goiana. Tal qual podemos perceber em trecho de um líder camponês, ex-vereador e dirigente estadual do partido no período: “... nós tínhamos um partido muito grande, porque você vê, nós tínhamos tudo isso... este tanto de sindicato por todo lado aí, partido para todo o lado” (Bailão, 2006).

José Moraes, em seu depoimento, aponta que, durante algum tempo, cerca de oito meses, integrou em São Paulo a *Comissão Nacional Para o Campo* organizada pelo CC do Partido e que essa “era totalmente inepta, sem objetivos definidos, abandonada a si mesma, com o agravante de não ter fonte financeira” (MORAES, 2010. p 4). A linha política do Partido neste momento, de acordo com o depoente, em especial nos anos 30, era de luta pela reforma agrária e luta anti-imperialista. Ressalta ainda que as eleições de 1947 foi um sopro de esperança para os comunistas goianos, tendo o PCB conseguido eleger dois deputados estaduais, que foram propositores da Lei do Arrendo, que fixava o arrendo da terra em 20%. Contudo, ele aponta que os votos que elegeram os deputados vinham de centros urbanos, demonstrando uma desvinculação do Partido com o campesinato.

Somente com a criação da Lei do Arrendo, os comunistas conseguiram desenvolver um trabalho mais vinculado ao campo, isso, pois a lei facilitava a entrada nas fazendas. Assim, o PCB passou a desenvolver um trabalho mais vinculado às fazendas, como a Colônia Agrícola Nacional de Goiás e a Fazenda Cafeeira Goiana, na região de Rialma, o que permitiu cerca de dez anos depois a luta de Trombas e Formoso e o surgimento de líderes do campo, como Zé Porfírio e Dirce Machado. José Moraes ainda apresenta outras dificuldades da atuação no campo

(...) Não existiam grandes concentrações e as fazendas maiores tinham capatazes, algumas até jagunços. O homem do campo é muito hospitaleiro, porém, arredio, desconfiado, quase a totalidade analfabeta, desinformado, apegados à religião e à família, respeitosos ao governo e às leis e, também, à propriedade alheia.

Debilitados pela pobreza e pelas doenças, tornam-se quase apáticos, verdadeiros heróis na luta cotidiana pela sobrevivência. Distribuir panfletos ou jornais só servia para atizar os fazendeiros contra os “agitadores comunistas” e os próprios “agregados” que os guardassem. (MORAES, 2010. p 5)

Chama a atenção em seu depoimento o fato de que uma das principais atividades no campo desenvolvido pelo PCB em Goiás - atuação nas colônias agrícolas - não se deu de forma ordenada e planejada, mas pelo fato de que três militantes do PCB ganharam terras na Colônia Agrícola, o que permitiu a construção de uma célula que agitava a bandeira da reforma agrária e servia de ponto de apoio para a formação política e entrada em grandes fazendas da região.

Já o militante José Godoy apresenta, em sua entrevista, que sua entrada para o partido foi no ano de 1945, porém que não havia um partido muito organizado, mas sim um grupo de pessoas vinculadas ao estudo do marxismo, e que traziam consigo um certo sectarismo. Ao mesmo tempo, aponta que esse intelectualismo dos membros do PCB em Goiás os colocava como grandes conhecedores da realidade goiana, porém não os habilitava para os enfrentamentos da “luta de classes”, havendo então apenas um “certo oportunismo” em militar em espaços em que já houvesse um trabalho prévio desenvolvido. Godoy ainda reforça que os militantes goianos sempre tiveram uma posição muito clara frente ao CC do Partido de que a luta no campo era sim uma luta entre classes. Inclusive, ele caracteriza que existiam duas vertentes dentro do Partido, uma dos quadros nacionais e uma que compreendia esse partido nacional como “esquisitão”, tendo em vista a distância entre a direção nacional, as bases do partido e a classe trabalhadora.

Concomitante a esses relatos, Godoy apresenta a opinião de que a construção do partido no estado não foi algo necessariamente debatido junto às bases. Isso fica claro quando ele relata sobre a vinda do camarada Leivas, quadro nacional do partido, para a criação do PCB em Goiás, indicando que simplesmente Leivas veio, fez uma única reunião e então estava criado o Partido. Ainda acerca da criação do Partido em Goiás, o ex-militante traz um elemento importante para se pensar sobre as discussões internas neste momento, Goiás era um estado que recebia muitos imigrantes nos anos 40/50 o que gerou uma certa concentração de camponeses. A base partidária goiana apontava a necessidade de buscar a construção de lutas mais radicais para enfrentar o latifúndio, mas, por vezes,

a direção nacional rechaçava essa posição.

Através de pesquisadores e pesquisadoras do desenvolvimento econômico e político de Goiás, conseguimos entender como o capitalismo está se inserindo no território goiano e proletarizando as pessoas, tanto os que já estavam no estado como os que são atraídos de outras localidades em busca de trabalho. E é nesse contexto também que se destaca o papel do processo migratório, citado pelo então militante do PCB, José Moraes.

Em Goiás, esse processo se dá sob as seguintes bases econômicas

“... inicia-se na década de 50 uma nova frente. Esta não será de mera ocupação de território, mas econômica, que poderia ser denominada de frente agropecuária. A melhoria da malha viária, as hidrelétricas – localizadas nas divisas com Minas Gerais – a construção de Brasília e da rodovia Transbrasiliana são fatores que contribuirão para a expansão desta frente... A abertura da Belém-Brasília, rodovia que corta o Estado no sentido norte-sul, construída e asfaltada neste período, é fator preponderante na integração do norte à economia do centro-sul” (Campos, 1996, p.72)

Precisamos, então, compreender a particularidade da expansão capitalista no território goiano e como isso afeta os trabalhadores e sua principal ferramenta organizativa e expressão política à época, o PCB. Não nos cabe pensar de forma amalgamada, partido e classe, mas sim na relação do movimento contraditório da realidade, como reagem, sentem e interpretam essa nova realidade. Esse período, que se agudiza no final dos anos 1950, afirma, em acordo com Brandão (1997), p. 43,

“A hegemonia da cidade sobre o campo, a unificação do mercado interno, a constituição das forças produtivas especificamente capitalistas, a subsunção do trabalho ao capital, a reprodução de relações de produção sob formas especificamente econômicas, a predominância da mais-valia relativa sobre a absoluta, a incorporação da classe operária ao sistema político, a participação da burguesia industrial no pacto do poder dominante (...)”

Além dos aspectos formais, institucionais e estatísticos desse desenvolvimento econômico em Goiás, é possível perceber mudanças na estrutura social e modo de vida das pessoas que estavam no território. Com uma intensidade jamais vista, agora os trabalhadores urbanos e rurais ultrapassam o descaso que sempre lhes foi relegado em relação ao debate político, e uma das ferramentas para tal empreitada foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB). A nova realidade será cada vez mais complexa, se em 1940 Goiás contava com 826.414 habitantes, no final dos anos 1950 já são 1.954.860. O papel dos investimentos em transporte foi fundamental nesse período, aqui cabe destacar o desenvolvimento do transporte ferroviário, mesmo quando o transporte rodoviário já era o modal a ser priorizado para o desenvolvimento capitalista em todo o país.

Em 1957 a Estrada de Ferro Goiás, que já existia desde 1911, é incorporada à Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), o que será um dos fatores para a urbanização e valorização fundiária do sudeste goiano, caminho de ligação para as trocas comerciais com o sudeste do Brasil. “Durante a construção de Brasília, de novo veio um surto de fornecimento através da Estrada de Ferro. A Estrada de Ferro Goiás teve que transportar uma quantidade imensa de materiais de construção” (Arrais, 2016, p. 22).

Sobre os transportes rodoviários, para termos uma noção da singularidade do período recortado, dados do Plano de Desenvolvimento do Governo Mauro Borges (1961-1964) demonstram que em 1955 havia somente quatro quilômetros de rodovias federais pavimentadas em Goiás, número que chega a marca de 582km de asfalto em 1960 (Teixeira, 1961).

O trecho entre Brasília e Anápolis (segunda maior cidade goiana à época) foi constituído entre 1957 e 1958 e entre Anápolis e Goiânia entre 1958 e 1960. A perspectiva de integração do mercado nacional motivou a construção da rodovia Belém-Brasília, a comissão executiva responsável pela criação dessa estrada foi criada em 1958, por meio de decretos que instituíam a Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília.

O Estado de Goiás adentra o ano de 1958 transitando em um curto espaço de tempo de um estado eminentemente agrário, de técnicas produtivas rudimentares, em que a maioria da população vivia no campo, com quase a totalidade das cidades possuindo um pequeno número de habitantes, e em que as maiores cidades ainda não tinham uma vida cultural intensa, bem como poucas escolas e faculdades, para criar as condições para as novas bases das formas produtivas e de trabalho.

A agricultura inicia um processo de modernização, que será o passo inicial para a mudança nos plantios tradicionais da região, de feijão, milho e arroz, para a utilização do solo segundo os interesses de "... grandes complexos industriais, fazendas de criação de gado, e de cultivos de lavoura temporária como a soja e a cana de açúcar" (Arrais, 2017), que se consolidarão nas décadas seguintes. A chamada "fazenda goiana" (Estevam, 1998), em que mais que o "lugar de ir trabalhar" é também o lugar em que se mora, se criam as vacas, a roça é plantada e ali as pessoas vivem suas relações comunitárias, vai ficando para trás. O uso mais intenso do solo e das formas de lidar com a lavoura, passa a ser mediado pelo uso de agrotóxicos e intensivos agrícolas, reflexos do padrão de modernização do campo imposto pelos países do capitalismo central.

A modernização do campo, porém não afetou a concentração fundiária, "Em Goiás, os 2% de estabelecimentos com área acima de 2.000 hectares concentravam em 1960, 35% da área total dos estabelecimentos agropecuários" (Arrais, 2017). Tal concentração levava a intensos conflitos no campo, quase todos com participação, condução ou acompanhamento do PCB.

Segundo Arrais (2007), a modernização da agricultura impactou o padrão de mobilidade populacional. O Estado de Goiás, que tinha 52 municípios em 1940, vinte anos depois, em 1960, já contava com 179 cidades. A capital goiana transitou de 53.889 moradores em 1950 para 153.505 no final da década.

Com a urbanização crescente da sociedade goiana, ocorre um conjunto de pressões por infraestrutura e para que o Estado possa estender essa modernização para o campo da oferta de serviços públicos como saúde, educação, arte e lazer. Atores sociais como estudantes, intelectuais, pesquisadores, artistas entram em cena de maneira mais fortalecida do que no período anterior à ditadura do Estado Novo. Daí, depreende-se a força de mobilizações estudantis e sindicais, tal qual nos traz em depoimento o ex-militante do PCB, Tarzan de Castro: "A grande força da capital era o movimento estudantil, conseguíamos parar as maiores escolas e chegamos mesmo a depor um secretário de segurança pública após um confronto com a polícia em uma manifestação" (Tarzan de Castro, Entrevista ao pesquisador em 2024).

Em um estado eminentemente agrário, há de se avaliar a questão específica da terra. Com a valorização do território, as classes dominantes utilizarão diferentes formas para manter o domínio sobre a terra e bloquear o acesso a ela por parte dos trabalhadores. À frente da luta contra o monopólio da terra, esteve o PCB, tanto organizando a resistência de posseiros, como também constituindo sindicatos rurais, em localidades de ampla presença de meeiros, peões, parceiros, posseiros e colonos. Como nos traz Sebastião Bailão, líder sindical do PCB em Goiás nos anos 50, e que, em 1954, também foi o primeiro presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB): "... os fazendeiros, fora da lei, fora de tudo, baseados no mandonismo, porque eles mandavam, os Caiados, os Lobos, (...) acabava que nós, através da Associação(...) trabalhador ia adquirindo indenização lá... (Bailão in Revista Antítese n. 3 e 4, p.149, 2007)

Em outro trecho, deixa claro a capilaridade do partido entre os trabalhadores: "... quando veio o golpe militar, nós tínhamos quarenta e nove sindicatos organizados e uns sessenta em movimento. Nós chegamos até a criar uma Federação e eu passei a ser o presidente da Federação" (Bailão in Revista Antítese n. 3 e 4, p.148, 2007).

O movimento de Trombas e Formoso nos anos de 1950, que teve à frente destacados militantes do PCB, representou uma resistência ao projeto político do Estado Novo e ao modelo de desenvolvimento baseado na concentração da terra nas mãos de poucos. O PCB, aproveitando-se da luta pela posse da terra na região, buscou organizar os camponeses e incitar a resistência armada como forma de pressionar o governo por uma reforma agrária mais radical e ampla em todo o país (Barbosa, 1989).

Segundo a própria Dirce Machado, uma das líderes do movimento de Trombas e Formoso e do PCB em Goiás no período, "... Vale dizer que foi a única organização camponesa no Brasil que atingiu seus objetivos. Até hoje, os posseiros que não venderam suas posses ainda estão lá e tiram da terra seu sustento e de sua família" (Dirce Machado, Entrevista ao pesquisador em 2024).

5. CONCLUSÃO

Podemos perceber, após o diálogo entre os dois momentos da pesquisa, que, de fato, se deu de

forma lenta a atenção do PCB para a questão camponesa no Brasil e em especial em Goiás, estado de base agrária. Assim, mesmo com inúmeras orientações para que a construção do Partido no país fosse vinculada ao campo, não houve um grande esforço por parte dos núcleos diretivos para a concretude da mesma, sempre envidando maiores esforços para a política de organização em um contexto urbano, principalmente ligado aos sindicatos. Contudo, isso não impediu que se consolidasse uma base um tanto quanto sólida do PCB na zona rural, em especial em Goiás, não à toa, de Goiás emergiram nomes importantes para a luta camponesa no Brasil como Geraldo Tibúrcio - primeiro presidente da União de Lavradores Agrícolas do Brasil (ULTAB), Zé Porfírio e Dirce Machado - líderes da maior revolta camponesa da história de Goiás, em Trombas e Formoso, dentre tantos outros militantes do campo. Contudo, a luta no campo ainda pode ser considerada secundarizada, seja dentro do partido ou mesmo como campo de estudos na ciência histórica. Assim, poucos são os trabalhos que buscam sistematizar a atuação partidária do PCB frente a seus mais de 100 anos de vida e menores ainda são aqueles trabalhos que procuram debater as relações do campo e os comunistas no Brasil. Mas, se podemos tirar alguma conclusão da presente pesquisa é que, mesmo com erros e acertos, Ferreira Gullar estava certo de que é impossível tratar de qualquer temática social no Brasil do século XX sem colocar o PCB no centro dos estudos da história e memória da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

- BAILÃO, Sebastião Gabriel. *Entrevista com Sebastião Gabriel Bailão*. Entrevista concedida a Cláudio Lopes Maia. Antítese - Marxismo e cultura socialista. Goiânia, n. 3, p. 157-174, nov. 2006
- _____. *Entrevista com Sebastião Gabriel Bailão*. Entrevista concedida a Cláudio Lopes Maia. Antítese - Marxismo e cultura socialista. Goiânia, n. 4, p. 141-168, out. 2007.
- BARROS, José d' Assunção. A teoria e a formação de um historiador. In: BARROS, José d' Assunção. *Teoria da História, vol. I*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2013. p.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CARONE, Edgar. Do III Congresso à Revolução de 35 (1929 - 1935). In: _____. CARONE, Edgar. *O PCB (1922 - 1943) Vol. 1*. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 78 - 170
- _____. *O PCB (1943 - 1964) Vol. 2*. São Paulo: DIFEL, 1982.
- _____. Da Aliança Nacional Libertadora à Conferência da Mantiqueira (1935 - 1943). In: _____. CARONE, Edgar. *O PCB (1922 - 1943) Vol. 1*. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 171 - 244
- _____. A revolução triunfante (1927/1932). In: CARONE, Edgar. *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. São Paulo. Editora Ática. 1989. p. 55 - 90
- _____. A revolução descendente (1932/1937). In: CARONE, Edgar. *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. São Paulo. Editora Ática. 1989. p. 93 - 125
- CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro. Editora Forense. 1982. p. 56 - 108.
- DAYRELL, Eliane Garcindo. *O PCB-GO: 1936 - 1948*. Vols. I e II. São Paulo, 1997.
- FERREIRA, Lygia Portenha Borges. *A memória do PCB em Goiás: a experiência do jornal A Luta e a formação da cultura comunista em Goiás (1937-1945)*. Goiânia, PPG em História da UFGO, 187 p. Dissertação de mestrado. 2001.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *A reação republicana e a crise política dos anos 20*. *Revista Estudos Históricos*, v. 6, n. 11, p. 9-23, 1993.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.); AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da História Oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. *Concepção de partido marxista-leninista: contribuições teóricas e dilemas históricos*. *Revista Outubro*, n. 33, 2. 2019.
- FONTES, Paulo; TOLEDO, Edilene. *O PCB e os Mundos do Trabalho: uma apresentação*. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 14, p. 1-6, 2022.
- FRAGOSO, João. *Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil*. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 29, p. 3-28, 2002.
- GARCIA, José Godoy. *Entrevista concedida a Eliane G. Dayrell para o Projeto Memória do Museu*

de Imagem e Som de Goiás. 03 de julho de 1983.

JUNIOR, Zacarias Figueirôa de Sena. *Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível - 1936-1948*. 2007. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

MEDEIROS, Fabrício Ferreira. A nova história política. *Temporalidades – Revista de História*, ano 2017, v. 9, n. 3, ed. 25, p. 258 - 269, 2017.

MORAES, José. *Entrevista concedida a Pedro Beloyanes* sob orientação do Prof^o Francisco Rabelo. 03 de dezembro de 2010.

MOREIRA, Cleumar de Oliveira. História política de Goiás: a dinâmica do desenvolvimento: 1945 a 1964. *Universidade Federal de Goiás-UFG. GOIÂNIA*, 2000.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Editora Relume, 1995.

SANTOS, Leonardo Soares dos. *Do que “os Livros Diziam” à Rua da Glória, n. 52: o PCB e a “questão camponesa” (1927-1947)*. *Revista IDEAS*, Rio de Janeiro, v. 3, ed. 2, p. 389 - 424, 2009.